

Os Relatórios do Desenvolvimento Humano têm-se constituído um conjunto de documentos, encomendados pelas Nações Unidas, que fazem inúmeros diagnósticos sobre as consequências futuras de um mundo cindido por situações de pobreza e desigualdades extremas. Seus formuladores, a cada ano, lançam mão de um extenso corpo de conhecimento e de dados produzidos, há décadas, nas Ciências Sociais. Desse modo, prescrevem, anualmente, desde 1990, para uma multiplicidade de agentes sociais (sociedade civil, Estado, organismos internacionais), um conjunto complexo de ações e de intervenções. Através de uma análise histórico-hermenêutica pretende-se desvendar os significados sociopolíticos tanto desses diagnósticos quanto dessas prescrições. Entende-se que é imprescindível, para o estudo sociológico de tais documentos, integrar o método histórico e o hermenêutico, para assim poder desvendar o contexto social no qual estes documentos são produzidos bem como os jogos configuracionais que eles revelam. Considera-se que a hermenêutica de profundidade, nos moldes definidos por John B. Thompson - a qual possui três passos principais: a compreensão do contexto sócio-histórico, a análise dos aspectos formais do texto para que seja possível decifrar o que a linguagem revela e o que ela oculta e, por último, a realização do processo de interpretação e reinterpretação - possibilita decifrar não só a natureza política da abordagem do desenvolvimento humano (ADH) mas também a sua capacidade potencial de intervir na agenda pública.